

ANÁLISE FUNCIONAL E ANÁLISE DE CONTINGÊNCIAS DE REFORÇAMENTO

HÉLIO JOSÉ GUILHARDI¹

**Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento
Campinas – SP**

Matos (1999, p.9) afirmou (citando Per Holth) que o que distingue o analista do comportamento de outros estudiosos do comportamento é a ênfase que dá ao uso de unidades funcionais do comportamento como seu objeto de estudo.

Resta saber o que são unidades funcionais do comportamento. Matos (1999, p.9) propôs três questões: “O que é uma unidade funcional do comportamento? Como determiná-la? Como estudá-la?” Tais são as questões que um psicoterapeuta se faz no seu trabalho cotidiano. São essas questões que a Terapia por Contingências de Reforçamento se propõe a responder, uma vez que não é suficiente definir determinado conceito (“O que é...?”), se não souber como operacionalizá-lo, isto é, transformá-lo em procedimentos pragmáticos (“Como fazer...?”). Assim, se o psicoterapeuta é um analista de comportamento ele usa unidades funcionais do comportamento do seu cliente, mas *como* ele faz para usar no contexto clínico tais unidades funcionais? A análise funcional tem que se transformar em ações psicoterapêuticas.

Andery, Micheletto e Sérgio (2001) fizeram uma revisão histórica da análise funcional nos escritos de Skinner no período de 1931 a 1957. Concluíram, dessa revisão, que caberia um conjunto de questões. Selecionei duas delas: “O que significa a proposta de fazer análise funcional? Assumi-la separaria a análise do comportamento e behaviorismo radical de outras propostas para a psicologia?” (p. 154). A busca de respostas a tais questões nos textos de Skinner, levou as autoras a selecionar “um pequeno trecho de uma entrevista de Skinner, sobre seu percurso enquanto pesquisador, [que] pode fornecer algumas pistas” [para responder as questões]:

“ Eu comecei com o problema do que significava ‘conhecer’. Em 1945 de há muito eu havia abandonado um psicologia estímulo-resposta e estava bem adiantado com meu livro sobre comportamento verbal... Com uma análise funcional do comportamento verbal baseada no estímulo discriminativo no lugar do estímulo eliciador – com, em outras palavras, uma análise das contingências verbais de reforçamento – eu encontrei o que acredito significa ‘conhecer’ (Skinner, 1979b, p.47).

Nesse parágrafo Skinner explicitou mudanças no processo de seu pensamento: chegou à distinção entre comportamentos respondentes e operantes e à análise funcional do comportamento (verbal), na qual o estímulo antecedente estabelece a ocasião para a emissão de uma resposta e não tem, portanto, função eliciadora. Skinner publicou o *Comportamento Verbal* em 1957/1980 e definitivamente conceituou contingências de reforçamento com a publicação do *Contingencies of Reinforcement – A Theoretical Analysis* em 1969. “Os dois termos-chave ‘análise funcional’ e ‘análise das contingências (verbais) de reforçamento’ aparecem inter-relacionados e, assim, Skinner acredita que chegou ao significado de ‘conhecer’ ”.

¹ Abril/2017

Andery *et al.* (2001) recuperaram a evolução do conceito de análise funcional para Skinner:

“Quando Skinner claramente apresenta sua posição de como deveria ser tratado o comportamento verbal – no subtítulo *Uma nova formulação*, do cap. 1 do *Verbal Behavior* (1957) – podemos identificar o lugar que ocuparia uma análise funcional no seu programa de pesquisa. [Escreveu ele:]

‘Nossa primeira responsabilidade é a simples descrição: qual é a topografia desta subdivisão [comportamento verbal] do comportamento humano? [especifique a resposta] Uma vez que esta questão tenha sido respondida, pelo menos de uma maneira preliminar, podemos avançar para o estágio chamado explicação: que condições são relevantes para a ocorrência do comportamento – quais são as variáveis das quais ele é função? [especifique as condições antecedentes] Uma vez que estas tenham sido identificadas, podemos explicar as características dinâmicas do comportamento verbal no quadro de referências apropriado ao comportamento humano como um todo. Ao mesmo tempo, obviamente, devemos considerar o comportamento do ouvinte. [especifique a consequência] Ao relacionar o comportamento do ouvinte ao comportamento do falante, completamos nossa caracterização [*account*] do comportamento verbal. Mas isto é apenas o começo’ (Skinner, 1957/1992, p. 10). [Note que neste parágrafo Skinner apresenta os componentes da tríplice contingência.]

Fica claro, com a transcrição deste parágrafo de Skinner, a razão pela qual ele afirmou, na citação anterior, que havia chegado ao significado de “conhecer”: tinha chegado ao conceito de contingências de reforçamento. Andery *et al.* (2001) dão continuidade à análise da citação de Skinner (1979b, p. 47) com alguns esclarecimentos adicionais sumamente relevantes:

“Dois aspectos contidos neste trecho merecem ser destacados. Primeiro a proposta de fazer análise funcional nos remete, de fato, a uma discussão epistemológica e metodológica. Tal proposta se refere muito mais a como proceder [como se faz análise funcional; o “como” pode ser distinto em diferentes disciplinas, tais como na Física, Biologia etc.] na produção de conhecimento *sem indicar qualquer compromisso com qualquer sistema conceitual*. Deste ponto de vista, caracterizar um prática como um fazer análise funcional pode separar esta prática de outras (por ex., de uma análise estrutural); no entanto, coloca esta prática ao lado de outras *não necessariamente comprometidas com o sistema conceitual que sustenta a análise do comportamento*.” (grifos adicionados). (p. 155)

O primeiro aspecto apresentado (Andery *et al.*, 2001) deixa bem claro que *não basta fazer análise funcional* (outras disciplinas o fazem com seu objeto de estudo), para identificar a atuação de um analista do comportamento; há necessidade, adicionalmente, que tal análise funcional esteja *comprometida* com o referencial conceitual da Análise do Comportamento.

As autoras prosseguem em sua análise:

“Em segundo lugar, se estamos em busca de uma *expressão que caracterize a prática do analista do comportamento*, possivelmente, *a melhor delas seria* – como indica Skinner – *análise de contingências de reforçamento*. Esta expressão sim, nos compromete tanto com um proceder, com uma proposta metodológica, que é, por assim dizer, vazia de ‘conteúdo’, *como nos compromete também com um determinado conteúdo, com o sistema conceitual característico da análise do comportamento*” (grifos adicionados). (p.155).

Pode-se concluir, então, que análise funcional permite explicar o fenômeno de interesse do analista do comportamento, abandonando por completo a relação causa-efeito; no entanto, ainda falta especificar como se fazem as relações funcionais. Andery *et al.* (2001), sintonizadas com Skinner, apontam que a análise de contingências de reforçamento é o instrumento que operacionaliza o fazer análise funcional do comportamento, por um lado, enquanto, adicionalmente, insere a análise funcional no sistema conceitual da Análise do Comportamento.

Andery *et al.* (2001) escreveram:

“O termo ‘análise funcional’ tem feito parte do discurso do analista do comportamento. Há clareza de quais são as variáveis que controlariam o comportamento do analista do comportamento quando da emissão dessa resposta verbal? Ou, dito de outra forma, quais seriam as circunstâncias em que os analistas do comportamento empregam o termo? Para tentar identificar estas circunstâncias vamos tomar como parâmetro uma prática específica: a prática na clínica. Vamos também recorrer à análise já realizada por Sturmey (1996) que, em seu livro, discute os vários ‘usos’ da expressão por parte do analista do comportamento na clínica.” (p. 155).

Andery *et al.* (2001) deixam claro que alguém *dizer* que faz análise funcional não basta. Há que se determinar sob controle de que ocorre tal verbalização: sob controle de uma audiência de analistas do comportamento? Sob controle das verbalizações de um professor (comportamento intraverbal)? Sob controle de um livro-texto de Princípios de Análise do Comportamento (comportamento textual)? Deveria ser sob controle de uma prática... Não por acaso, Andery *et al.* (2001) optaram por usar como parâmetro a prática na clínica. Por que a prática clínica deveria ser escolhida como parâmetro? Uma razão, explicitada pelas próprias autoras, é a de que o livro de Sturmey (1996) teve como objetivo discutir a análise funcional no contexto clínico. Assim, partir das análises de Sturmey seria uma continuidade e um avanço em relação às considerações já feitas por ele. Vejo, porém, duas outras possíveis razões. A primeira delas é que na atividade de pesquisa experimental, há indiscutíveis evidências de como os modelos de controle

de variáveis empregados por analistas do comportamento, a saber reversão do tipo ABAB e linha de base múltipla, ambos com numerosas variações, de como se faz análise funcional (embora haja uma tendência entre os analistas do comportamento pesquisadores de evitar o uso do termo análise funcional, como se pode concluir do artigo de Baer, Wolf e Risley, 1968, no qual os autores citam, como uma das dimensões da Análise Aplicada do Comportamento, ser *analítico*). Para se ter abrangentes exemplos de pesquisas que demonstram as funções das variáveis experimentais, basta consultar os números das revistas JEAB (desde 1958) e JABA (desde 1968). Ou seja, a prática dos analistas do comportamento pesquisadores experimentais está consolidada e suscita relativamente pouca controvérsia. A segunda, e mais importante razão, acredito que deva estar relacionada ao status da expressão análise funcional na área clínica: como ela é definida (não há unanimidade, como se verá!) e como ela é executada (há divergências relevantes, como se verá!)

A fim de estender esta análise, as autoras prosseguem:

“Sturmey destaca, para introduzir a discussão da expressão ‘análise funcional’, muitos termos relacionados que vêm sendo empregados por psicólogos clínicos, como, por exemplo: análise funcional, análise funcional comportamental, avaliação comportamental, formulação comportamental. A esta lista [de Sturmey] [nós] poderíamos acrescentar o termo análise de contingências [de reforçamento].” (p. 155).

As autoras continuam:

“Há aqui um primeiro destaque a ser feito: aparentemente, na prática do analista do comportamento, e especialmente na prática clínica, a própria resposta verbal que poderia estar sob controle de um dado conjunto de variáveis varia amplamente. Seria este um primeiro indicador de que as variáveis que controlam estas distintas respostas verbais seriam também distintas? Ou seja, que as atividades do analista do comportamento que estão sendo descritas por estes termos são diferentes”. (p. 155)

A frase final do parágrafo é uma afirmação. Minha inclinação é concordar com Andery *et al.* (2001). Historicamente pode-se dividir a formação dos psicoterapeutas comportamentais no Brasil em duas fases (é uma divisão arbitrária e abrangente, não obstante útil para os propostos imediatos do presente texto). Na primeira delas os psicoterapeutas comportamentais formados há tempos, época em que os cursos de Análise do Comportamento e atividades de laboratório com sujeitos animais eram obrigatórios tiveram, de modo geral, sólidas formação na área. Não foram, porém, preparados para atuação clínica em Terapia Comportamental de maneira sistemática, nem minimamente padronizada. Não havia profissionais com suficiente formação em clínica e o modelo psicoterapêutico se desenvolvia por seleção pelas consequências... Não é de estranhar que os pioneiros desenvolveram diferentes práticas! O tempo avançou... Os cursos introdutórios de Análise do Comportamento deixaram de ser obrigatórios, os laboratórios foram desativados, a área comportamental passou a ser ministradas em semestres esparsos, por professores sem formação adequada em Análise do Comportamento. E recentemente a Análise do Comportamento quase desapareceu

dos Cursos de graduação sendo substituída por Cursos de Terapia Cognitivo-comportamental. Tal substituição é difícil de ser compreendida, pois são propostas com conceituações irreconciliáveis e das quais derivam, portanto, procedimentos distintos. O termo comportamental não as aproxima, nem as torna semelhantes, nem equivalentes, pois cada uma delas adota conceitos diferentes para o mesmo termo. As duas devem ser ensinadas e praticadas independentemente; jamais uma substitui a outra. Pode-se concluir, então, que o termo análise funcional não tem uma definição consensual. Seu uso por diferentes psicoterapeutas comportamentais induz à conclusão, muitas vezes enganosa, de que estão mais próximos do que de fato estão. O que é análise funcional e como é praticada são dois tópicos que precisam ser explicitados, de tal maneira que do uso de um mesmo termo necessariamente derive uma mesma prática.

Não é isso que tem ocorrido nem quando o termo análise funcional se refere a *atividades* dos psicólogos, nem quando se refere a *formulações teóricas*.

Andery *et al.* (2001) retomam o texto de Sturmey (1996) e sistematizam, a partir dele, três usos do termo “análise funcional” como atividade:

“... pode ser usado para se referir apenas a uma formulação genérica de investigação que busca variáveis de controle do comportamento. A expressão pode se referir também à busca de uma relação expressa como uma fórmula matemática. Finalmente, a expressão ‘análise funcional’ parece ser empregada para descrever atividades específicas realizadas pelo terapeuta”. (p. 156)

Andery *et al.* (2001), sistematizam, ainda a partir de Sturmey (1996), o uso do termo análise funcional sob diferentes formulações teóricas do fenômeno comportamental:

“... a expressão aparece no contexto da discussão do propósito do comportamento, ou seja, a expressão aparece associada com perspectivas que explicariam o comportamento em termos de sua finalidade, de suas expectativas, enfim de fenômenos que estão no futuro. Em segundo lugar, a expressão aparece em circunstâncias nas quais o psicólogo explica o comportamento como função de variáveis cognitivas e comportamentais, em uma abordagem que Sturmey chama de análise funcional eclética. Finalmente, ‘análise funcional’ seria o termo empregado por aqueles que descrevem o comportamento buscando contingências [de reforçamento] que estão em operação numa abordagem que Sturmey chama de análise funcional comportamental.” (p. 156) (grifos adicionados)

A terceira formulação teórica apresentada por Sturmey (sistematizada por Andery *et al.*, 2001) é compatível com a TCR, embora ele tenha se limitado ao termo análise funcional comportamental (suponho que para ele, assim como para a TCR, comportamento é um conceito interacional entre o sujeito que se comporta e o ambiente com o qual interagiu no passado e interage no presente), sem dar um passo adiante explicitando o instrumento com o qual se faz tal análise funcional comportamental, qual seja análise e intervenção através de contingências de reforçamento. Como tal, Sturmey faz uma importante análise do status da análise funcional na prática clínica, mas sua proposta, a meu ver, não apresenta uma contribuição significativa para um avanço prático do tema em discussão.

Andery *et al.* (2001) na conclusão do seu artigo escreveram:

“Quando procuramos delimitar a expressão ‘análise funcional’ a partir da prática do analista do comportamento, descobrimos que é possível identificar diferentes formas de resposta emitidas sob controle das mesmas variáveis e identificar uma mesma resposta verbal emitida sob controle de variáveis bastante distintos.” (p. 156)

“Em conclusão, se, como disse Skinner (1945, 1957), o significado de um termo deve ser buscado nas condições que controlam a emissão da resposta verbal, a busca aqui efetuada revela, que são muitas as condições diante das quais a resposta verbal ‘análise funcional’ é emitida. Esta conclusão parece valer para os vários âmbitos abordados neste artigo: o âmbito do contexto histórico do surgimento do behaviorismo radical, o âmbito teórico fundador da análise do comportamento, ou o âmbito da prática do analista do comportamento. Assim, a afirmação de que fazer análise funcional é a característica distintiva prática do analista do comportamento é, pelo menos, pouco esclarecedora.” (p. 157)

Há que se admitir a correção da análise de Andery *et al.* (2001) e, como tal, resta concordar com suas conclusões. Acrescento a última frase do *abstract* do artigo: “Conclui-se que a expressão ‘análise funcional’ pouco diz sobre a prática do analista do comportamento, tendo em vista as múltiplas variáveis que controlam sua emissão.” Sua frase final denuncia o status atual da análise do comportamento, em particular, da atuação na área clínica. Lamentável, mas verdadeiro!

Sidman (1989) descreve a atuação do analista do comportamento sem se referir à expressão análise funcional. Segundo Andery *et al.* (2001): “Sidman (1989) utiliza a expressão análise de contingências para descrever a prática do analista do comportamento de descrever e testar, experimentando sua descrição, em um procedimento caracterizado por ele como ativo”. (p. 156). Leia os parágrafos de Sidman, 1989, p. 80:

“Se queremos entender a conduta de alguém, mesmo a sua própria, a primeira questão a fazer é ‘O que ele fez?’. Ou seja, identifique o comportamento. A segunda questão é “O que aconteceu em seguida?” Ou seja, identifique as consequências do comportamento. Com certeza, mais do que consequências determinam nossa conduta, mas estas primeiras questões, frequentemente, nos darão uma explicação prática. Se quisermos mudar o comportamento, alterar as contingências de reforçamento – a relação entre ato e consequência – pode nos levar a conclusão”.

“Gostaríamos de ver, com frequência, determinadas pessoas mudando para melhor, mas nem sempre temos controle sobre as consequências que são responsáveis por suas condutas. Se pudéssemos mudar as consequências, o faríamos e poderíamos ver se a conduta também muda. Ou poderíamos prover as mesmas consequências para condutas desejáveis e verificar se a nova substitui a anterior”.

“Essa é a essência da análise de contingências: identificar o comportamento e as consequências; alterar as consequências; ver se o comportamento muda. Análise de contingências é um procedimento ativo, não especulação intelectual. É um tipo de experimentação que acontece não apenas no laboratório, mas também no mundo cotidiano. Analistas eficientes do comportamento estão sempre experimentando, sempre analisando contingências quando as alteram, testando suas análises enquanto observam se o comportamento alvo mudou.”

A Terapia por Contingências de Reforçamento é uma proposta clara: explicita no seu nome o que o psicoterapeuta faz. E o que o psicoterapeuta faz dentro da TCR em nada se afasta da posição de Sidman.

O Que o Analista do Comportamento Faz

A Terapia por Contingências de Reforçamento é uma prática psicoterapêutica inteiramente comprometida com os comportamentos que caracterizam o analista de comportamento. Matos (1999) descreve o que ele faz. Assim:

“O analista do comportamento é antes de mais nada um cientista natural, não um filósofo, não um cientista social e muito menos um estudioso da mente. É também um darwinista e um funcionalista. Paraphraseando Jack Michael (1993): Ele tem uma postura determinista na medida em que vê o comportamento humano como um produto inevitável de uma herança genética e de eventos ambientais ocorrendo durante a vida de uma pessoa. Acredita firmemente no uso do método científico em relação a todos os aspectos do comportamento humano. Não estuda apenas o condicionamento operante, não exclui eventos privados e comportamentos encobertos de suas análises. Não insiste que o comportamento possa mudar apenas como resultado de uma exposição direta a contingências, reconhecendo que mudanças podem resultar de instrução e de descrição das contingências. Não tem uma postura antifisiológica, anti-genética, nem antiteórica; porém rejeita explicações internas inferidas.” (p. 9)

“Como darwinista, (Charles Darwin, teólogo e historiador natural inglês), o analista do comportamento acredita que todas as mudanças comportamentais, operantes ou não, resultam de um processo de seleção pelas consequências. Isto supõe que o organismo seja dotado de uma sensibilidade inata ao efeito destas consequências [...] e também sensibilidade inata à associação destas consequências com determinadas condições antecedentes.” (p.9)

“Como cientista natural, o analista de comportamento é baconiano (filósofo e cientista inglês, Francis Bacon). Trabalha por observação, classificação e indução (gradual). Evita generalizações apressadas e indevidas, evita o dogma, evita explicações metafísicas. É basicamente um empirista (estuda casos concretos) e um experimentalista (submete suas explicações a testes e demonstrações

com manipulações de variáveis), só secundariamente, é um ‘interpretacionista’. Privilegia uma abordagem histórica aos eventos. Acha que uma explicação do comportamento humano começa com uma explicação do comportamento animal. O comportamento é governado e modificado por associações adquiridas por experiência, e mantidas por sua utilidade biológica (por sua função de sobrevivência e valor adaptativo).” (p.10)

“Como funcionalista, o analista do comportamento é um machiano (referência ao físico alemão Ernst Mach). Substitui a noção de “causa” pela de “função”, e a explicação pela descrição. Para um estudioso da natureza não há nada mais do que o estudo da dependência dos fenômenos, uns em relação aos outros. Os fenômenos sempre ocorrem em variadas relações de interdependência uns em relação aos outros e assim a tarefa do estudioso funcionalista é descrever estas interdependências. Causas e efeitos são simplesmente mudanças, correlacionadas, em duas classes de fenômenos” [comportamentos e consequências] [...] Causa é sinônimo de função, que é sinônimo de controle, que é sinônimo de descrição de relações funcionais.” (p.10)

“Uma análise funcional leva em conta aspectos do *ambiente* e a *função que o comportamento tem naquele ambiente*. [Quando um comportamento produz uma consequência e esse comportamento se fortalece é possível dizer que entre as duas classes de eventos se estabeleceu uma relação funcional denominada ‘reforçamento.’] O termo ‘reforçamento’ descreve uma relação entre uma classe de eventos (comportamentos), que mudam em função de outra classe de eventos (consequências). O termo reforçamento não se refere, pois a uma teoria e, sim, à uma descrição de uma relação funcional. Nesse sentido uma relação funcional não é diretamente observável, o que observamos são as mudanças no fenômeno ‘comportamento’ e mudanças no fenômeno ‘ambiente’. A partir destas observações hipotetizamos uma relação entre esses fenômenos e a testamos. A relação funcional ‘reforçamento’ (assim como qualquer outra) é uma inferência, resultado de uma análise funcional. Uma análise funcional nada mais é pois do que uma ‘explicação’ de um evento pela *descrição* de suas relações com outros eventos.” (p.13)

Matos (1999) avança gradualmente na direção de mostrar que a análise funcional se concretiza como ação do analista comportamental em fazer análise de contingências de reforçamento. Vou destacar as sucessivas frases-sínteses da análise que Matos (1999) apresenta em seu artigo. Assim:

1. “O analista do comportamento investiga e usa unidades funcionais do comportamento”. (p. 9)
2. “Fazer uma análise funcional é identificar função, isto é, o valor de sobrevivência de um determinado comportamento.” (p.11)
3. “Cinco passos básicos para a realização de uma análise funcional do comportamento (p.13):

- a. Definir precisamente o comportamento de interesse.
 - b. Identificar e descrever o efeito comportamental.
 - c. Identificar relações ordenadas entre variáveis ambientais e o comportamento de interesse. Identificar relações entre o comportamento de interesse e outros comportamentos.
 - d. Formular previsões sobre os efeitos de manipulações dessas variáveis e desses outros comportamentos sobre o comportamento de interesse.
 - e. Testar essas previsões.”
4. “Uma análise funcional nada mais é do que uma análise de contingências responsáveis por um comportamento ou por mudanças nesse comportamento (sejam eles comportamentos problemáticos – como quebrar vidraças –, ou aceitáveis como estudar para o vestibular)”. (p.14)
5. “Resumindo: Uma análise funcional, sendo uma análise das contingências responsáveis por um comportamento, basicamente busca responder à seguinte questão: ‘Qual a função deste comportamento para aquela pessoa? Ou, posto de outro modo, qual a relação funcional entre esse comportamento e seus efeitos?’” (p.15)

Meu desafio como professor é duplo: como ensinar meus alunos a fazerem análise funcional e como ensiná-los a atuar como psicoterapeutas. *Ensiná-los a construir a tríplice contingência a partir de todo e qualquer episódio comportamental e alterar os componentes da tríplice contingências, visando a alterar comportamentos na direção desejada, me parecem o caminho mais direto e didático para responder a ambos meus desafios.*

Duas frases de Maria Amélia foram os SDs para influenciar meus comportamentos:

“O behaviorista radical não trabalha propriamente com o comportamento, ele estuda e trabalha com contingências comportamentais, isto é, com comportar-se dentro de contextos.” (Matos, 1997, p. 46). (Esta frase a profa. Maria Amélia falou com mais clareza na conferência apresentada no III Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental, em Campinas, em outubro de 1994, que tomo a liberdade de transcrever de minhas anotações feitas na ocasião: O terapeuta comportamental se interessa por comportamentos e sentimentos do seu cliente, mas, de fato, trabalha com as contingências de reforçamento de que são função.)

“Uma análise funcional nada mais é do que uma análise das contingências responsáveis por um comportamento ou por mudanças nesse comportamento.” (Matos, 1999, p.46)

Referências

- Andery, M.A.P., Micheletto, N. e Sério, T.M.A.P. (2001) Análise Funcional na Análise do Comportamento *in* Hélio J. Guilhardi, Maria Beatriz B. P. Madi, Patrícia P. Queiroz, Maria Carolina Scoz (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição*, vol.8, pp. 148-157.
- Baer, D.M.; Wolf, M.M.; Risley, T.R. (1968) Some current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 1, 91-97.
- Matos, M. A. (1997). Com que o Behaviorista Radical trabalha. *In* Roberto Alves Banaco (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição*, vol.1. pp. 45-53. Santo André, SP; ARBytes, Ed.
- Matos, M. A. (1999). Análise Funcional do Comportamento. *Estudos de Psicologia*, vol.16, no 3. Campinas; SP.
- Sidman, M. (1989). *Coercion and its Fallout*. Boston, Marss.: Autors Cooperative. Inc. Publishers.
- Skinner, B.F. (1979b). Interview with B. F. skinner. *Behaviorists for Social Action Journal*, 2, 1, 47-52.
- Sturmey, P. (1996). *Functional Analysis in Clinical Psychology*. Chichester: John Wiley.